

1. A crise do Golfo constitui um desafio muito sério a toda a comunidade internacional. Trata-se de um dos acontecimentos mais importantes desde o fim da Segunda Guerra Mundial, até porque esta crise veio pôr em evidência transformações radicais na cena mundial e, por outro lado, chamou a atenção da opinião pública dos nossos países para problemas graves que carecem de ser enfrentados com decisão e coragem, mas que estavam porventura um tanto esquecidos.

Os acontecimentos no Golfo têm reflexos directos em vários planos:

a) Antes de mais, a crise veio pôr cobro a uma ilusão que parecia estar a atingir muita gente, designadamente nos meios intelectuais e da comunicação social — a ilusão de que, terminada a guerra fria e o confronto entre os Estados Unidos e a União Soviética, a Europa e o mundo teriam entrado numa definitiva era de paz, isenta de ameaças militares e, portanto, tornando desnecessário o esforço de defesa e, em particular, o encaminhamento de recursos para fins militares;

b) Situada na zona do Médio Oriente, a crise evidencia, por outro lado, a necessidade de se darem passos significativos na resolução dos gravíssimos problemas que ali se mantêm desde há muito em aberto e são fonte de perigosa instabilidade — nomeadamente a questão palestiniana, a segurança de Israel, a disparidade de riqueza entre produtores e não produtores de petróleo e o carácter arcaico das estruturas sociais e políticas de vários países da região;

c) O fenómeno do islamismo, como movimento que associa uma fé religiosa não desprovida de fanatismo ao poder político, configura-se como séria ameaça à maneira de viver ocidental — democrática, tolerante, pluralista. A presente crise mostra que essa ameaça não é apenas demográfica e cultural: ela pode assumir também uma dimensão militar. Não será possível à NATO alhear-se desta realidade;

d) A crise pôs à prova o novo relacionamento entre os Estados Unidos e a União Soviética. Estas duas superpotências (se é que tal designação ainda é válida para a URSS, o que parece duvidoso), longe de fazerem deste conflito regional um novo terreno de confronto por interpostos países, situaram-se agora do mesmo lado da barricada. Perante esta situação inédita, impõe-se uma redefinição da natureza e do papel da NATO;

A resposta dada à invasão do Koweit partiu basicamente dos Estados Unidos. Nem poderia ter sido de outra forma, dado o potencial militar envolvido e a capacidade de decisão exigida pelas circunstâncias. Mas tornou-se, assim, irrefutável que a defesa da Europa se encontra, pelo menos no horizonte previsível, intimamente ligada aos EUA. Ora, a NATO, como organização euro-atlântica, exprime essa indispensável ligação, que o fim da guerra fria não veio ultrapassar;

* Estas notas constituíram a base de uma intervenção feita pelo Eng.º Pedro Pires de Miranda perante a Assembleia da Associação do Tratado do Atlântico (Paris, 5-9 de Novembro de 1990).

e) Muita gente se sentiu frustrada com a aparente incapacidade da Europa para reagir com rapidez e unidade. Seria, porém, irrealista esperar outra coisa: a reacção europeia foi, antes de mais, aquilo que soberanamente decidiu cada nação da Europa — e nomeadamente a Grã-Bretanha, a França, e, de certo modo por omissão, a Alemanha, etc. — e apenas num segundo momento (e num plano muito menos vital) uma decisão colectiva a doze;

f) O forte encarecimento dos preços do petróleo terá reflexos muito negativos para as economias do Leste europeu, que até há pouco eram abastecidas pela União Soviética a preços inferiores aos do mercado internacional;

g) Desencadeando uma grave crise no abastecimento mundial — mas que não chegará ao ponto de se tornar o terceiro choque petrolífero —, a situação no Golfo tomou manifesta a dependência do mundo (e, em particular, dos países industrializados) em relação a um bem essencial, o petróleo, cujas reservas estão em nada menos de dois terços situadas no Médio Oriente;

h) Por último, uma referência a Portugal. Desde o início da crise Portugal participa no esforço conjunto contra a agressão iraquiana, sobretudo com aquilo que mais utilmente pode oferecer: a localização geográfica do seu território e em especial a base da Terceira, nos Açores. Nação europeia, mas secularmente voltada para o Atlântico, Portugal constitui o exemplo vivo da indispensabilidade da cooperação entre a Europa e os Estados Unidos, em assuntos de ordem militar.

2. A ilusão do pacifismo

A crise do Golfo teve pelo menos a vantagem de denunciar a ilusão do pacifismo, que começava a ganhar corpo na nova situação internacional. E nada garante que tal ilusão fosse menos perigosa agora do que no tempo da guerra fria.

O mundo multipolar em que entrámos caracteriza-se por uma muito maior imprevisibilidade do que o mundo relativamente estabilizado do confronto Leste-Oeste. As incertezas e os perigos daí decorrentes são, por isso, maiores na presente conjuntura. Ignorar o papel da defesa, e concretamente das Forças Armadas, nesta situação equivaleria a um suicídio — como os acontecimentos no Golfo tornaram claro aos olhos de todos.

E convém não esquecer quanto o fim da guerra fria se fica a dever à firmeza dos países ocidentais, contra ventos e marés pacifistas. Nos anos 50, 60 e 70 sucederam-se as vagas pacifistas, mais ou menos encorajadas por Moscovo. Aproveitando a liberdade de expressão das democracias, pretendeu-se então desarmar o Ocidente à força de manifestações antinucleares, defendendo o desarmamento unilateral e outros esquemas semelhantes.

As sociedades ocidentais e os governos da NATO foram capazes de resistir a essas tentações e adoptaram uma linha de firmeza,

nomeadamente quanto à instalação de mísseis de médio alcance na Europa. O Ocidente forçou, assim, a União Soviética a ter de encarar a sua incapacidade para sustentar um nível altíssimo de despesas militares mantendo um crescimento económico minimamente aceitável.

Sem esta atitude ocidental, ainda não teria provavelmente soado a «hora da verdade» para os países comunistas e ainda permaneceríamos em clima de guerra fria.

3. Os problemas do Médio Oriente

Para além dos seus aspectos imediatos — a invasão do Koweit por um ditador iraquiano —, a crise do Golfo chama a atenção para os profundos factores de instabilidade da região, que não são de agora.

O conflito israelo-árabe arrasta-se há décadas, originou já várias guerras e mantém a zona em permanente conflito. E evidente que o ressentimento árabe contra Israel (e contra o seu principal aliado, os Estados Unidos) pode vir a inviabilizar soluções razoáveis para a crise, que passam necessariamente pela cooperação (até agora conseguida a nível dos dirigentes políticos) de vários países árabes e em particular dos moderados.

Isto acentua até que ponto urge encontrar uma saída construtiva para o problema palestino, que já enfraqueceu a coligação anti-Iraque. A intransigência do actual governo de Israel não ajuda a encontrar essa saída. Por outro lado, é duvidoso que a realização de uma grande conferência internacional sobre o Médio Oriente venha a produzir frutos e não resulte, antes, em mais um adiamento das soluções.

Uma coisa é certa: a presente situação nos territórios ocupados por Israel é, a prazo, insustentável. Protelar o diálogo israelo-palestino (com ou sem a OLP) poderá revelar-se fatal.

A resolução deste problema condiciona o pleno empenhamento de países árabes moderados, como o Egipto, numa nova ordem para a região do Médio Oriente. Ora, manter uma zona que possui dois terços das reservas mundiais de petróleo em ambiente de permanente ebulição acarreta custos muito elevados e riscos altíssimos para os países da NATO.

Mas os factores de instabilidade desta região não se limitam ao confronto entre árabes e judeus. Não menos preocupantes são as estruturas feudais que ainda regem vários Estados grandes produtores de petróleo — Arábia Saudita, Emirados, Oman, até há pouco o próprio Koweit...

Se estes países não lograrem uma rápida e pacífica modernização, são de recear, mais tarde ou mais cedo, graves perturbações, de consequências imprevisíveis.

Por outro lado, é flagrante a disparidade entre Estados do Golfo riquíssimos (graças ao petróleo) mas pouco populosos, e outros altamente povoados mas que não dispõem dessa riqueza. Se as circunstâncias continuarem a favorecer que a revolta palestina se dirija também contra esses primeiros Estados, as tensões na zona irão agravar-se.

4. O desafio do islamismo

A emergência do islamismo como força cultural e politicamente marcante no mundo actual coloca aos europeus alguns problemas delicados.

A Europa está rodeada a Sul por populações árabes em forte expansão demográfica e de nível de vida não só muito baixo como em estagnação ou mesmo em declínio. A perspectiva de uma emigração árabe maciça para a Europa ocidental deixou, assim, de ser uma hipótese longínqua. E conhecem-se as dificuldades de integração social dos árabes que já se encontram em países como a França ou a Alemanha.

Mais complexa ainda é a situação na União Soviética, que conta com uma população muçulmana em rápido crescimento. Trata-se de uma evolução geradora de choques potencialmente muito graves.

Para a mentalidade europeia, o fanatismo de uma parte dos árabes e dos muçulmanos (os persas são xiitas mas não são árabes...) constitui um fenómeno culturalmente muito difícil de entender — e de com ele lidar. Há vários séculos que desapareceram as teocracias no Ocidente.

Na prática, o problema mais premente posto pelo fundamentalismo islâmico é porventura o terrorismo, arma a que os grupos mais aguerridos não se coíbem de recorrer sem quaisquer inibições. Ora, só uma resposta conjunta, coordenada e coerente dos países da NATO, aos terríveis desafios do terrorismo, terá possibilidades de dar resultados positivos — por exemplo, excluindo sistematicamente a negociação com terroristas para libertar reféns mediante contrapartidas.

5. Uma nova NATO

Encerrada a guerra fria, desapareceu o inimigo tradicional da NATO. Mas não desapareceram as ameaças, antes pelo contrário.

Em primeiro lugar, o futuro a médio prazo da União Soviética está longe de ser claro. São tão graves os problemas internos daquele país que um golpe de Estado não é ali de excluir, e, com ele, a possível tomada do poder em Moscovo por elementos adeptos de uma linha de regresso ao confronto com o Ocidente. E uma hipótese que, embora pouco provável, a NATO não deve ignorar.

Seja, porém, tendo em vista essa ameaça potencial, seja pensando noutras ameaças — do tipo das que a presente crise do Golfo trouxe para a ribalta —, a verdade é que não podem os europeus e os norte-americanos dispensar um sistema de segurança: uma NATO reformulada. Afigura-se quimérica — e, por isso, perigosa — a ideia de transformar a Conferência de Segurança e Cooperação na Europa nesse sistema: não é com uma espécie de ONU a uma escala mais reduzida que se assegura a defesa efectiva dos países.

Entretanto, importa explorar todas as consequências positivas do fim da guerra fria para os conflitos regionais que até há pouco nela se inscreviam mais ou menos directamente, como é o caso da guerra em

Angola, por exemplo. A cooperação americano-soviética nesta matéria tem sido, e continuará a ser, de importância primordial para se alcançar a paz.

Ora, essa cooperação foi dramaticamente posta em evidência no encontro de Helsínquia entre os Presidentes Bush e Gorbachev, precisamente por causa da crise do Golfo.

6. A ligação Europa-América

A verdadeira base em que assenta a NATO é a identidade de valores de civilização entre europeus e norte-americanos. Esse é o grande cimento da Aliança, que não decorre de quaisquer coincidências conjunturais e passageiras de interesses.

A boa articulação entre a Europa e os Estados Unidos é tão indispensável para a defesa dos europeus agora como era antes — a crise do Golfo veio prová-lo aos mais distraídos. Mas o fim da guerra fria, ao promover o desarmamento nuclear e convencional na Europa, pode levar ao afastamento dos Estados Unidos.

Tal só não acontecerá se os europeus se dispuserem a encarar com mais seriedade os encargos com a sua própria defesa, em vez de descansarem apenas no poderio militar norte-americano. Nesse sentido, foi encorajadora a resposta de alguns países europeus ao apelo americano para concretizar e apoiar a operação «Escudo do deserto».

A NATO pode e deve ser o quadro institucional para reformular o relacionamento euro-americano em matéria de defesa e segurança na era pós-guerra fria.

7. Integração europeia

O facto óbvio de a Europa ter sido incapaz de organizar uma resposta unificada, rápida e eficaz à crise do Golfo levou a algumas exageradas expressões de desânimo, como se de um momento para o outro tivessem sido postos em causa os progressos em curso na integração europeia. Essa integração vai prosseguir, designadamente na área da consolidação de um mercado único europeu e na união monetária (indissociável de algum quadro de referência político). A seu tempo se chegará, talvez, à integração da «ultima ratio» da política que é a força militar. O exercício em comum das soberanias nacionais só na sua fase mais avançada chegará — se chegar — a esta zona nevrálgica. Esta é uma questão que levanta imensos problemas e interrogações. Estarão as Nações da Europa para isso preparadas?

Entretanto, a União da Europa Ocidental — organização vocacionada para questões de defesa e que recentemente foi reactivada — poderá desempenhar algum papel nesta matéria enquanto a CEE não avançar mais no plano da integração militar e da conjugação das políticas de defesa do pilar europeu da NATO. Da UEO fazem parte os países da

CEE, excepto a Irlanda (que não é membro da NATO), a Dinamarca e a Grécia (que pretende aderir).

Mas a crise do Golfo, pondo em relevo uma certa impotência europeia, pode por isso mesmo vir a revelar-se como um importante factor de aceleração do processo integrador, em particular em matéria de política externa. De facto, a consciência da relativa pouca importância da Europa nos acontecimentos no Médio Oriente (zona da qual a Europa depende energeticamente em alto grau...) poderá vir a funcionar como um incentivo para novos avanços na integração.

A crise do Suez, há trinta e quatro anos, saldou-se por uma humilhação para a Europa que se viu confrontada com a sua insignificância militar e com o escasso peso na cena internacional das suas nações na altura consideradas mais poderosas — Reino Unido e França. E até se poderá perguntar se terá sido por mera coincidência que o Tratado de Roma foi assinado no ano seguinte à crise do Suez.

8. Reflexos no Leste europeu

A extraordinária transformação política e económica que está a ocorrer na Europa de Leste é em larga medida polarizada pela evolução da CEE. É manifesto que a grande maioria, pelo menos, dos países do Leste europeu deseja entrar quanto antes na CEE, até como forma de consagrar definitivamente o regresso à democracia e à economia de mercado. Assim, as consequências da crise do Golfo na marcha da integração das Comunidades Europeias não deixarão de indirectamente se reflectir, também, a Leste — provavelmente reforçando ainda mais a presente relutância das instâncias comunitárias em proceder a novos alargamentos antes de concretizados os aprofundamentos da integração em perspectiva (mercado único, união económica e monetária e, quem sabe, de uma forma de enquadramento político). Esta matéria está obviamente a ser alvo de debate, estando ainda em aberto.

A estas dificuldades soma-se, para os países do Leste europeu, um reflexo directo e potencialmente muito grave da crise do Golfo: a subida dos preços do petróleo. Esta subida segue-se a uma outra, resultante de a União Soviética ter deixado de abastecer a preços de favor os seus antigos «satélites».

São, assim, de prever problemas acrescidos na transição para a democracia e para o capitalismo naquela zona. Nessa conjuntura de incertezas, que decerto se prolongará durante anos, a Alemanha unificada será cada vez mais solicitada a desempenhar um papel determinante.

9. Dependência energética

O que se está a passar no Médio Oriente veio também realçar, uma vez mais, a forte dependência energética dos países da NATO em relação ao petróleo ali produzido. Dada a situação das reservas mundiais — cuja

parte de leão se situa precisamente na zona do Golfo —, tal dependência tenderá a aumentar nos anos futuros, o que representa um grave problema para a segurança dos nossos países.

Como atenuar essa dependência? Na ausência de uma revolucionária descoberta científica e tecnológica, capaz de proporcionar um adequado substituto para o petróleo, a resposta dos países consumidores terá de passar por novos esforços de poupança e conservação de energia e pelo maior recurso a outras fontes energéticas — nomeadamente o gás natural, o carvão e o nuclear (a energia nuclear não deve ser à partida excluída dum planeamento global, sobretudo agora que razoavelmente se encara com alguma preocupação as emissões de anidrido carbónico para a atmosfera e o efeito de estufa).

Nem sempre é fácil, para os políticos, a adopção das políticas correctas. Por exemplo, o estímulo a uma maior eficiência na utilização da energia implica, em regra, preços mais elevados, de maneira a tornar economicamente racional para o consumidor privado investir na poupança. Do mesmo modo, é o nível relativo dos custos para o utilizador das várias fontes energéticas disponíveis que determina os «trade-offs» a realizar.

Daí a necessidade de, na presente crise, serem integralmente repercutidos no consumidor os aumentos dos preços do «crude», por muito impopular que tal às vezes possa ser. Em particular nos Estados Unidos, onde a gasolina tem níveis de preço comparativamente muito baixos, uma menor dependência em relação a importações petrolíferas implica algum agravamento fiscal sobre os derivados do petróleo vendidos ao público. Por outro lado, não se vê maneira de enfrentar a questão energética e a crescente concentração das disponibilidades petrolíferas na zona do Médio Oriente sem um renovar do recurso à energia nuclear, por muito fortes que agora sejam as pressões contrárias da opinião pública.

Esperemos que a crise do Golfo contribua para pôr termo à atitude algo despreocupada e até negligente com que, no Ocidente, desde há alguns anos se voltou a encarar o problema energético — passados que foram os choques petrolíferos de 73-74 e 79-80.

10. Portugal

Uma última palavra sobre Portugal. Os militares portugueses debatem-se com os difíceis problemas da transição de uma guerra conduzida em África contra elementos de guerrilha para umas Forças Armadas modernas e devidamente equipadas em função das novas missões designadamente no quadro da NATO.

Compreensíveis limitações de índole financeira, num país claramente menos desenvolvido do que a média europeia, têm atrasado essa indispensável modernização — para a qual, de resto, têm contribuído alguns dos nossos aliados na NATO.

Mas tais limitações não devem fazer esquecer a circunstância de Portugal representar, pela sua situação geográfica e também pela sua história, um elo de ligação entre a Europa e a América. Talvez por isso, e ao contrário daquilo a que se assiste em vários outros países da NATO, não existe antiamericanismo significativo em Portugal. Por outro lado, a pertença à NATO constitui uma opção largamente partilhada pela imensa maioria dos portugueses. E verdadeiramente uma opção nacional, jamais seriamente posta em causa na sociedade portuguesa. Ora, este é um trunfo importante a ter em conta.